



## Mato Grosso do Sul: a liderança sustentável na conexão entre potencial produtivo e saúde mental no trabalho

Mato Grosso do Sul: sustainable leadership in the connection between productive potential and mental health at work

*Mato Grosso do Sul: el liderazgo sostenible en la conexión entre el potencial productivo y la salud mental en el trabajo*

Eveli Freire de Vasconcelos<sup>1</sup>  
Flávio Henrique Rondon de Assis Filho<sup>1</sup>  
Azael Oliveira Pompeu Júnior<sup>1</sup>  
Ana Karla Silva Soares<sup>2</sup>  
Camilla Fernandes Marques<sup>3</sup>

Recebido em: 29/05/2025; revisado e aprovado em: 12/06/2025; aceito em: 12/06/2025

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v26i0.4985>

**Resumo:** A expansão de setores específicos de Mato Grosso do Sul (MS), com grande potencial de desenvolvimento, carrega consigo um aumento significativo dos Transtornos Mentais e Comportamentais (TMC) entre trabalhadores. Objetivou-se mapear a ocorrência e o perfil dos afastamentos por Transtornos Mentais e Comportamentais (CID-10 F00–F99) em trabalhadores de Mato Grosso do Sul (2021–2022), a partir de registros do INSS. Realizou-se um estudo exploratório e descritivo, utilizando dados secundários do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, do Ministério da Previdência Social e da DATAPREV, referentes aos afastamentos notificados em 2021 e 2022 em MS. Os afastamentos por TMC (registrados como não acidentários – B31) foram a terceira maior causa de afastamento do trabalho em MS. Em 2021, a ocorrência de TMC no estado (14,2%) superou a média nacional (11,2%), sendo os transtornos fóbico-ansiosos os mais frequentes, os dados de 2022 revelam uma relativa estabilidade. Os setores da administração pública ocupam o primeiro lugar em números de notificações relacionadas ao trabalho, tendo os assistentes administrativos e professores as ocupações de destaque. Este estudo identificou os principais TMC que afetam os trabalhadores de MS. Urge a adoção de políticas públicas para enfrentar essa crise de saúde pública, que impacta as condições sociais e econômicas dos trabalhadores no estado e no país.

**Palavras-chave:** Mato Grosso do Sul; saúde mental; sustentabilidade; ações organizacionais.

**Abstract:** The expansion of specific sectors in Mato Grosso do Sul (MS), with great development potential, carries with it a significant increase in Mental and Behavioral Disorders (MBD) among workers. The objective of this study is to identify and discuss the occurrence of the MBDs that most caused work absences in MS in the years 2021 and 2022. An exploratory and descriptive study was conducted, using secondary data from the Occupational Health and Safety Observatory, the Ministry of Social Security, and DATAPREV, referring to reported absences in 2021 and 2022 in MS. The results show that absences due to MBDs (registered as non-accidental – B31) were the third leading cause of work absence in MS. In 2021, the occurrence of MBDs in the state (14.2%) exceeded the national average (11.2%), with phobic-anxious disorders being the most frequent. The 2022 data reveal relative stability. The public administration sectors ranked first in the number of work-related reports, with administrative assistants and teachers being the most prominent occupations. This study identified the main MBDs affecting workers in MS. There is an urgent need for the adoption of public policies to address this public health crisis, which impacts the social and economic conditions of workers in the state and the country.

**Keywords:** Mato Grosso do Sul; mental health; sustainability; organizational actions.

**Resumen:** La expansión de sectores específicos de Mato Grosso do Sul (MS), con gran potencial de desarrollo, ha traído consigo un aumento significativo de los Trastornos Mentales y del Comportamiento (TMC) entre los trabajadores. Identificar y discutir la ocurrencia de los TMC que más causaron ausencia del trabajo en MS en

<sup>1</sup> Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

<sup>3</sup> Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

2021 y 2022. Se realizó un estudio exploratorio y descriptivo a partir de datos secundarios del Observatorio de Seguridad y Salud en el Trabajo, del Ministerio de Seguridad Social y de DATAPREV, relativos a las ausencias por enfermedad registradas en 2021 y 2022 en MS. Las ausencias debidas a MBD (registradas como no accidente – B31) fueron la tercera causa de ausencia del trabajo en MS. En 2021, la ocurrencia de DMC en el estado (14,2%) superó la media nacional (11,2%), siendo los trastornos fóbico-ansiosos los más frecuentes, mientras que los datos para 2022 muestran una relativa estabilidad. Los sectores de la administración pública ocuparon el primer lugar en el número de notificaciones relacionadas con el trabajo, siendo los auxiliares administrativos y los profesores las ocupaciones más destacadas. Este estudio identificó las principales DMC que afectan a los trabajadores de MS. Es urgente la adopción de políticas públicas para enfrentar esta crisis de salud pública, que repercute en las condiciones sociales y económicas de los trabajadores del estado y del país.

**Palabras clave:** Mato Grosso do Sul; salud mental; sostenibilidad; acciones organizativas.

---

## 1 INTRODUÇÃO

Mato Grosso do Sul (MS), um estado com rica diversidade cultural e econômica, tem experimentado um acelerado processo de desenvolvimento nos últimos anos. Mostrou-se comprometido com a sustentabilidade por meio de políticas públicas, inovações tecnológicas e engajamento social. A combinação de iniciativas locais com a cooperação internacional, aliada ao fortalecimento da Rota Bioceânica, pretende consolidar o estado como um modelo de desenvolvimento sustentável.

Sim, é possível aliar desenvolvimento econômico a sustentabilidade. No entanto, é preciso lembrar que sustentabilidade não se limita à preservação ambiental; ela inclui o cuidado com as pessoas que constroem o futuro do estado. Um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável deve assegurar que o trabalho seja fonte de realização e crescimento, não de adoecimento e sofrimento.

A expansão de setores como agropecuária, logística e indústria, que têm grande potencial, carrega consigo uma responsabilidade social importante: promover condições dignas, seguras e saudáveis para os trabalhadores. Sem isso, o progresso econômico pode vir acompanhado de índices preocupantes de doenças ocupacionais, estresse e outros problemas psicossociais. Pode-se argumentar que crescimento econômico não deve ser dissociado do desenvolvimento humano.

Nesse cenário, ações preventivas e educativas são fundamentais. Empresas e governos devem se unir para implantar programas voltados à promoção da saúde física e mental no ambiente de trabalho. Investir em políticas que priorizem ergonomia, gestão do estresse, equilíbrio entre vida pessoal e profissional, além de campanhas de conscientização sobre saúde mental, é uma estratégia não apenas ética, mas também economicamente vantajosa. Além disso, o fortalecimento de políticas de educação em saúde é essencial para capacitar trabalhadores e gestores a identificarem riscos no ambiente de trabalho e agirem de forma preventiva. Projetos que integrem saúde, educação e qualidade de vida devem ser tratados como pilares do crescimento sustentável.

O desafio contemporâneo reside em moldar ambientes de trabalho que transcendem a mera produtividade, transformando-se em espaços que nutrem a inovação, o bem-estar e o desenvolvimento integral dos trabalhadores. Para alcançar essa transformação cultural, é imperativo contar com uma liderança sustentável, capaz de promover um ambiente de trabalho humanizado e favorável à saúde física e mental. Essa liderança, caracterizada por uma profunda responsabilidade social e um compromisso genuíno com o bem-estar das pessoas, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de equipes mais resilientes, engajadas e capazes de enfrentar os desafios do mundo contemporâneo (Leal Filho *et al.*, 2020).

O presente estudo tem como objetivo geral mapear os dados de afastamentos por transtornos mentais e comportamentais (TMC) relacionados ao trabalho, assim como as despesas associadas à previdência social em Mato Grosso do Sul nos anos de 2021 e 2022. Compreender esse cenário é fundamental para subsidiar políticas públicas e estratégias organizacionais que visem à promoção da saúde mental no ambiente laboral. Outro objetivo é identificar os setores econômicos mais vulneráveis, destacando quais atividades produtivas apresentam maior incidência de afastamentos relacionados a TMC, oferecendo subsídios para intervenções direcionadas e específicas em áreas de maior risco.

Diante do crescente número de afastamentos do trabalho por doenças mentais em Mato Grosso do Sul, este estudo busca identificar as principais características desse problema. A expansão de setores estratégicos, embora positiva para a economia, tem exigido cada vez mais dos trabalhadores, impactando diretamente sua saúde mental. Nesse contexto, a pesquisa defenderá a importância da liderança sustentável e de práticas de gestão que promovam o bem-estar no ambiente de trabalho.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1 Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul: uma abordagem integrada**

O desenvolvimento de um Estado é um processo dinâmico e multifacetado que transcende o mero crescimento econômico. Envolve uma profunda transformação social, econômica e institucional, com o objetivo de ampliar as capacidades humanas e melhorar a qualidade de vida da população. Esse conceito abrangente engloba não apenas o aumento da renda e da produção, mas também a promoção da equidade, a redução das desigualdades, o acesso a serviços essenciais como saúde e educação, a sustentabilidade ambiental e a participação democrática da sociedade.

Nesse sentido, Mato Grosso do Sul tem demonstrado avanços significativos, com a elevação da produção e a melhoria do bem-estar da população, especialmente em regiões com maior concentração de atividades agrícolas (SEMADESC, 2023). MS tem experimentado um período de notável crescimento econômico nos últimos anos, o agronegócio, com destaque para a expansão da cana-de-açúcar, tem sido um dos principais impulsionadores desse desenvolvimento e pilar fundamental na geração de empregos e na dinamização da economia estadual. Na Carta de Conjuntura nº 02 – Março de 2023 (SEMADESC, 2023), que nada mais é do que um documento produzido pela Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea, que apresenta análises sobre o desempenho recente da economia brasileira de forma trimestral, observa-se que o produto agrícola com maior crescimento em Mato Grosso do Sul foi a soja, que apresentou um aumento significativo no Valor Bruto da Produção (VBP), passando de R\$ 24,48 bilhões em 2022 para R\$ 33,23 bilhões em 2023, o que representa uma variação positiva de 35,69%. Esse desempenho destaca a relevância da cultura da soja como principal propulsor do agronegócio no estado, consolidando sua posição de destaque no cenário agrícola regional e nacional. A forte vocação agrícola tem se destacado na produção de grãos, na pecuária, no extrativismo vegetal e na exploração florestal. Essa atividade econômica tem contribuído para o desenvolvimento de outras áreas, como a indústria, o comércio e os serviços (Silva; Souza, 2024).

A Rota de Integração Latino-Americana (RILA), popularmente conhecida como Corredor Bioceânico, tem sido objeto de intensos debates e análises. Essa mega obra de infraestrutura visa conectar os oceanos Atlântico e Pacífico através de uma extensa rede rodoviária, prometendo

transformar as dinâmicas econômicas e sociais do estado. No entanto, a implementação da RILA aponta também para questões cruciais sobre seus impactos socioambientais, a exemplo da intensificação do fluxo de veículos pesados, da pressão sobre os recursos naturais e da necessidade de investimentos em infraestrutura complementar. Além disso, é necessária atenção à possível ausência de um planejamento territorial integrado e de mecanismos efetivos de controle e monitoramento das atividades econômicas geradas pela rota, o que pode comprometer a sustentabilidade do projeto a longo prazo (Boldrine Abrita; Heloiza Conte, 2023).

Embora o desenvolvimento econômico e o aumento da produtividade sejam objetivos desejáveis, é crucial equilibrá-los com práticas que promovam saúde e bem-estar no trabalho. O adoecimento mental dos trabalhadores pode ser considerado tanto uma vulnerabilidade social quanto uma vulnerabilidade do estado, pois impacta diretamente a capacidade dos indivíduos de participar plenamente da vida, além de desafiar a estrutura e as políticas públicas necessárias para lidar com essa questão. Em 2022, o Brasil registrou 156.821 casos de transtornos mentais relacionados ao trabalho, segundo o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho (2023). Esse número, embora represente apenas um recorte temporal, reflete uma tendência preocupante quando analisada a série histórica do SINAN, que contabiliza 17.681 casos entre 2007 e 2022.

O desenvolvimento de Mato Grosso do Sul exige uma visão a longo prazo e uma abordagem integrada que contemple os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Além do agronegócio, outros setores como o turismo, a indústria e os serviços apresentam grande potencial de crescimento e podem contribuir para a diversificação da economia. A valorização da cultura local, a promoção da educação e a garantia do acesso à saúde são elementos essenciais para o desenvolvimento humano e social do estado. O foco nas pesquisas e na ação do estado apresenta-se como fator indispensável. Os estudos sobre desigualdades no contexto do desenvolvimento regional constituem a base para a formulação de políticas públicas eficazes. Ao analisar as vulnerabilidades, a distribuição territorial da população e os indicadores socioeconômicos, esses estudos permitem identificar as causas profundas das desigualdades, possibilitando a implementação de ações estratégicas para sua redução. Ao compreender as dinâmicas que geram e perpetuam as desigualdades, o Estado pode direcionar seus investimentos para as regiões mais vulneráveis, promovendo a inclusão social, o desenvolvimento econômico e a redução das disparidades.

A transição para um futuro mais sustentável, tanto em organizações quanto na sociedade como um todo, depende de uma liderança capaz de inspirar e guiar as pessoas rumo a novas metas. Embora a liderança não seja o único fator, ela desempenha um papel central na prevenção ao adoecimento mental. Segundo os autores, a liderança sustentável redefine o propósito das empresas, expandindo os indicadores de sucesso para além dos tradicionais índices de satisfação, engajamento e performance da equipe. Essa abordagem, comumente referida como “tríplice resultado”, considera o desempenho econômico, social e ambiental de forma integrada. É importante destacar que esses indicadores não são um fim em si mesmos, mas ferramentas para construir organizações mais resilientes e capazes de enfrentar desafios e mudanças inesperadas. Essa perspectiva de longo prazo é um dos pilares da liderança sustentável, que busca criar valor para a empresa, seus colaboradores, a sociedade e o meio ambiente.

## **2.2 Liderança para um futuro sustentável: competências essenciais**

A construção de um projeto de futuro pautado no desenvolvimento sustentável foi reconhecida globalmente, pois são elaboradas possibilidades para combater as ameaças

existenciais que a humanidade enfrenta no mundo moderno. Mas o debate sobre o conceito de sustentabilidade e suas implicações para as sociedades contemporâneas permanece aberto e dinâmico. Novas abordagens como o “de crescimento” e o “bem viver” (Kothari; Demaria; Acosta, 2014) têm enriquecido esse debate, mas ainda há muito a ser explorado. A necessidade de aprofundar a discussão acadêmica sobre o significado e as implicações desses conceitos é evidente, como apontam Whyte e Lamberton (2020).

Em 2015, as Nações Unidas estabeleceram 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentre os quais os ODS 3, 5 e 8 se destacam por sua relevância direta para o mundo do trabalho. A implementação destes objetivos exige uma profunda transformação dos ambientes laborais, tornando a pesquisa em Psicologia Organizacional e do Trabalho ainda mais relevante.

As mudanças socioeconômicas globais e a emergência de novos desafios sociais demandam uma reconfiguração dos sistemas de trabalho e de vida. Nesse contexto, a sustentabilidade no local de trabalho ganha destaque. A revisão sistemática de Kobal Grum e Babnik (2022) contribui significativamente para essa discussão, analisando a relação entre a sustentabilidade e os ODS 3, 5, 8, 11 e 16, e evidencia a importância de uma abordagem interdisciplinar para abordar essa temática complexa. No entanto, a implementação da sustentabilidade nas organizações ainda enfrenta desafios e limitações, o que exige um aprofundamento das pesquisas nessa área. Ao investigar as bases psicológicas desse conceito, os autores apontam o ambiente de trabalho como um espaço estratégico para a promoção da sustentabilidade. E ao integrar práticas sustentáveis ao cotidiano profissional, não apenas se contribui para o bem-estar dos colaboradores, mas também se impulsiona a construção de uma sociedade mais resiliente.

A liderança sustentável é um tema de crescente importância, especialmente à medida que as organizações enfrentam desafios ambientais e sociais globais. Segundo Nair e Sekhar (2022), para implementar projetos de inovação sustentável, os gestores necessitam de habilidades de liderança específicas e de uma mentalidade inovadora. É preciso que compreendam as complexidades do tema, tenham uma visão de futuro e sejam capazes de inspirar e engajar suas equipes. Além disso, são necessárias habilidades como empatia, pensamento sistêmico e capacidade de adaptação às mudanças. Na pesquisa de Leal Filho *et al.* (2020) em relação às habilidades, surge a capacidade de inovar, pensar a longo prazo e gerenciar a complexidade de um conjunto predefinido de opções. A conexão com a interdisciplinaridade e o conhecimento sobre cenários organizacionais, bem como desafios e dilemas globais, foram declarados como questões importantes relacionadas ao conhecimento necessário para ser um líder sustentável. O avanço das transformações em direção à sustentabilidade exige agentes de mudança equipados com um novo conjunto de competências (Redman; Wiek, 2021). A integração de competências estratégicas, interpessoais, éticas e inovadoras, apoiada por uma educação robusta, é essencial para promover a sustentabilidade nas organizações. Os autores destacam que, além das qualidades e habilidades de liderança, a capacidade de refletir sobre as próprias ações e decisões é essencial para traduzir esses atributos em comportamentos gerenciais eficazes. Ao integrar considerações sociais e ambientais em seus processos de tomada de decisão, os líderes podem garantir que suas práticas sejam alinhadas com os princípios da sustentabilidade e adaptadas às demandas de um contexto em constante mudança.

A saúde mental é um componente essencial dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando a necessidade de abordá-la como uma prioridade global. A inclusão da saúde mental nos ODS reflete a compreensão de que o desenvolvimento sustentável não pode ser

realizado sem atenção adequada à saúde mental. Isso implica que os líderes sustentáveis devem integrar considerações de saúde mental em suas práticas para alinhar com os ODS.

### 3 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa epidemiológica de caráter exploratório e descritivo acerca de transtornos mentais e comportamentais em trabalhadores do estado de Mato Grosso do Sul, nos anos de 2021 e 2022.

#### 3.1 Fonte de informação e preceitos éticos

Foram utilizados dados obtidos no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre trabalhadores do estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. Inicialmente, foi identificado e detalhado como os TMCs que levam a afastamentos no trabalho em Mato Grosso do Sul se distribuem entre os trabalhadores, considerando diferentes setores, ocupações e classificações de doenças (CID), além de quantificando os custos previdenciários associados.

Foram obtidas informações com base na data de despacho de benefício (DDB), conforme critério estabelecido pela DATAPREV. É relevante destacar que os dados fornecidos pela DATAPREV não incluem benefícios de prestação única, como pensões alimentícias ou desdobramentos de pensões por morte já em manutenção.

A base de dados da DATAPREV, entretanto, não fornece detalhes específicos que permitam análises aprofundadas pela Classificação Internacional de Doenças (CID). No entanto, as informações regionalizadas foram compiladas por meio da plataforma de estatísticas SmartLabs, desenvolvida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reúne dados oficiais e públicos.

Neste estudo, foram considerados somente os benefícios referentes ao auxílio-doença previdenciário (B31). Para a descrição da ocorrência de trabalhadores afastados do trabalho por apresentarem TMC, foi considerada a distribuição do total de benefícios B31 concedidos nos anos de 2021 e 2022 no estado de MS. Destes, não foram retirados os casos repetidos; assim, pode haver trabalhadores que receberam o mesmo benefício em diferentes períodos de tempo durante o escopo da pesquisa.

A presente pesquisa utilizou dados da plataforma Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho (SmartLabs), referentes aos casos de Transtornos Mentais e Comportamentais (TMC) diagnosticados em trabalhadores no estado de Mato Grosso do Sul. Previamente à extração dos dados, seguiram-se as orientações técnicas fornecidas por Dr. Luis Fabiano Assis, Coordenador de Ciência de Dados, Desenvolvimento Técnico e Visual do SmartLabs, por meio de comunicação eletrônica datada de 2 de maio de 2025.

A recomendação primordial consistiu na completa eliminação dos arquivos temporários do navegador, visando garantir a integridade e a atualização das informações a serem acessadas, prevenindo conflitos entre dados pretéritos e os dados mais recentes disponíveis na plataforma.

Em consonância com as características inerentes a sistemas de informação administrativos, no comunicado a plataforma reconhece a possibilidade de alterações nos registros ao longo do tempo. Conforme explicitado, variações nos dados podem ocorrer em função da incorporação tardia de informações relativas a anos anteriores. Diante dessa particularidade, e em aderência às boas práticas metodológicas em pesquisa com dados secundários, informa-se a data de



extração dos dados para esta pesquisa, entre os meses de setembro de 2024 e janeiro de 2025. Adicionalmente, ressalta-se a natureza dinâmica e as particularidades dos registros inerentes a bases de dados em saúde.

#### 4 RESULTADOS

A Organização Mundial da Saúde (OMS), por meio da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), estabelece um sistema padronizado para a codificação de enfermidades, agrupando os transtornos mentais e comportamentais no capítulo “F”. No contexto da saúde do trabalhador no Brasil, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) identifica os principais transtornos mentais que resultam em incapacidade laboral, enquadrando-os, predominantemente, na categoria de auxílio-doença não acidentário (B-31). Este benefício é concedido em casos de doenças não relacionadas diretamente a acidentes de trabalho típicos, mas que levam à perda ou redução da capacidade para o trabalho (Brasil, 2006).

Embora a classificação nosológica seja crucial para a compreensão da intrincada relação entre o ambiente laboral e o adoecimento mental, a própria definição de saúde mental transcende a mera ausência de transtornos. Ela engloba um estado dinâmico de bem-estar no qual o indivíduo realiza suas próprias habilidades, pode lidar com as tensões normais da vida, trabalhar produtivamente e contribuir para a sua comunidade (Camargo; Neves, 2004). A evolução do conceito de saúde mental para incluir aspectos positivos como bem-estar subjetivo e funcionalidade ressalta a complexidade da temática e a necessidade de abordagens abrangentes em diversos contextos.

O panorama dos afastamentos por TMC em Mato Grosso do Sul (2022): os TMC (CID F00-F99) representaram a terceira principal causa de afastamento não acidentário (B31) em Mato Grosso do Sul, com um total de 4.037 casos registrados pelo então Ministério da Previdência Social (MPS), de um universo de 28.360 afastamentos. A taxa de ocorrência de TMC no estado (14,2%) superou a média nacional (11,2%) no mesmo período. Entre os diagnósticos específicos de TMC que mais contribuíram para os afastamentos não acidentários (B31) em 2021, destacam-se: transtornos ansiosos e fóbicos (F40), com 5,31% (1.123 casos); episódios depressivos (F32), com 5,1% (1.078 casos); outros transtornos ansiosos (F41), com 3,85% (1.108 casos); transtorno depressivo recorrente (F33), com 2,56% (736 casos); estresse e reações de adaptação (F43), com 347 casos; outros transtornos mentais (F06), com 238 casos e; uso de álcool e substâncias (F10), com 208 casos

Descrição por setor e ocupação em 2021: a análise dos dados revelou que os trabalhadores da **administração pública** apresentaram a maior taxa de adoecimento por TMC (9,35% do total de casos, correspondendo a 259 afastamentos). Zille e Teles (2022) corroboram essa tendência, apontando que fatores como o atendimento ao público em áreas sensíveis, a burocracia, a escassez de recursos e a instabilidade política podem exacerbar o adoecimento mental entre servidores públicos. Os principais diagnósticos de afastamento previdenciário por TMC neste grupo foram: episódios depressivos (F32), com 7,14%; outros transtornos ansiosos (F41), com 4,27%; transtorno depressivo recorrente (F33), com 3,49% e; transtorno afetivo bipolar (F31), com 1,79%.

Dentro da administração pública, os setores da **educação e saúde** demonstraram elevada incidência de afastamentos por TMC. No setor educacional, observou-se uma alta ocorrência de transtornos mentais entre professores do Ensino Fundamental (37,4%) e Médio (29,7%).

Especificamente, o **professor de nível médio do ensino fundamental** apresentou a maior prevalência (1,23% – 32 casos), sendo os “episódios depressivos” (F32) o diagnóstico mais comum, com 17,8%.

Na área de **atendimento hospitalar**, a prevalência de afastamentos por TMC foi de 8,01% (222 registros), com os **técnicos de enfermagem** sendo a categoria mais afetada (4,65% – 121 casos). Os principais diagnósticos foram “episódios depressivos” (F32), com 8,82%, “outros transtornos ansiosos” (F41), com 7,81% e “transtorno depressivo recorrente” (F33), com 6,05%. O elevado adoecimento entre profissionais de saúde é um fenômeno multifatorial, associado a fatores como carga de trabalho excessiva, turnos irregulares, ritmo intenso, falta de segurança, cronicidade do cuidado e conflitos éticos (Muller *et al.*, 2020; Woo *et al.*, 2020), podendo culminar em esgotamento (*burnout*), depressão e ansiedade (Akoo *et al.*, 2023).

Outros setores relevantes em 2021 incluíram o comércio varejista de supermercados e hipermercados (13,48% dos benefícios por incapacidade por TMC), o setor de serviços de teleatendimento (3,1% dos afastamentos, com destaque para “outros transtornos ansiosos” (F41) e “Episódios depressivos” (F32), e o setor Industrial de Abate de Suínos, Aves e Pequenos Animais (10% de incidência de TMC, com destaque para “transtorno afetivo bipolar” (F31) e “outros transtornos ansiosos” (F41) entre as ocupações de Alimentadores de linha de produção e Magarefes). As condições de trabalho nesses setores, como movimentos repetitivos, esforço físico e ritmo acelerado, podem contribuir para o adoecimento físico e mental dos trabalhadores.

No setor industrial de abate de reses, os afastamentos por TMC representaram 14,4%, com “episódios depressivos” (F33) e “outros transtornos ansiosos” (F41) sendo os principais diagnósticos entre alimentadores de linha de produção e retalhadores de carne. A dor musculoesquelética crônica continua fortemente associada ao sofrimento psicológico (Woo *et al.*, 2020).

Custos associados aos afastamentos por TMC em 2021: os dados de gastos com auxílio-doença em Mato Grosso do Sul em 2021 (R\$ 47.205.179,96) reforçam as estimativas globais sobre os elevados custos econômicos dos transtornos mentais, incluindo custos diretos de tratamento e custos indiretos relacionados à perda de produtividade e ao aumento do desemprego. O valor total despendido pela Previdência Social em benefícios em MS em 2021 alcançou R\$ 78.432.451,76 (setenta e oito milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos).

Evolução dos afastamentos por TMC em Mato Grosso do Sul (2022): os dados revelam uma relativa estabilidade nos registros gerais de TMC em Mato Grosso do Sul em comparação com 2021, embora estes continuassem a representar uma parcela considerável dos afastamentos do trabalho no estado. Em números absolutos, observou-se uma leve diminuição de 9% nos casos não acidentários de TMC (B31), totalizando 3.672 registros em 2022 contra 4.037 em 2021. Apesar dessa discreta redução, a relevância dos TMC no cenário laboral de MS se manteve elevada, correspondendo a 13,1% dos afastamentos em 2022, um índice 1,8% superior à média nacional. Os TMC permaneceram como a terceira principal causa de adoecimentos relacionados ao trabalho no estado.

Os **transtornos ansiosos e depressivos** continuaram a ser os principais motivadores de afastamento laboral em 2022: transtornos ansiosos e fóbicos (F41), com 3,78% (1.077 adoecimentos); episódios depressivos (F32), com 3,42% (974 adoecimentos); transtorno depressivo recorrente (F33), com 2,15% (612 adoecimentos) e; transtorno bipolar (F31), com 1,12% (318 adoecimentos).



Descrição por setor e ocupação em 2022: na **administração pública**, observou-se um aumento de 16,60% nos afastamentos por transtornos mentais em 2022, atingindo 19,4% do total de benefícios concedidos a servidores. Os TMC se consolidaram como o segundo principal fator de adoecimento nessa categoria profissional, com os episódios depressivos (F32) liderando as causas (6,16%), seguidos pelos transtornos ansiosos (F41) (5,09%) e pelo transtorno depressivo recorrente (F33) (3,52%). Esses dados reforçam as conclusões de Souza e Guimarães (2023) sobre o impacto do desgaste emocional e do esgotamento mental na saúde dos servidores públicos. Em relação às ocupações com maior índice de afastamentos por TMC em 2022:

- Assistente administrativo: apresentou o maior índice (8,68%), com destaque para transtorno depressivo recorrente (F33) e episódios depressivos (F32).
- Recreador: demonstrou um aumento significativo nos afastamentos (157,14%) em relação a 2021, com outros transtornos ansiosos (F41) e episódios depressivos (F32) como principais diagnósticos.
- Professor do Ensino Fundamental – Nível Médio: ocupou a terceira posição, com um aumento de 62,5% nos casos em relação a 2021, corroborando a vulnerabilidade da saúde mental docente apontada por Dario, Vilela e Lourenço (2021).

Na área da saúde, a atividade de atendimento hospitalar registrou uma diminuição nos afastamentos por TMC (11,26%). Contudo, os Técnicos de Enfermagem apresentaram um aumento significativo e se tornaram a ocupação com o maior índice de prevalência geral de adoecimentos por TMC no estado, com episódios depressivos (F32) e outros transtornos ansiosos (F41) como principais causas.

Já no setor industrial de abate de suínos, aves e outros pequenos animais, houve um aumento expressivo de 64,56% nos casos de adoecimento por TMC em 2022, elevando essa atividade econômica para a terceira posição entre as mais frequentes em registros de TMC em MS, com uma prevalência de 15,8%. As ocupações de alimentador de linha de produção (16,2% de prevalência de TMC, com episódios depressivos (F32) e outros transtornos ansiosos (F41) como principais causas) e magarefe (17,6% de prevalência, com episódios depressivos (F32), outros transtornos ansiosos (F41) e transtorno depressivo recorrente (F33) como mais frequentes) também apresentaram elevadas taxas de afastamento por TMC, com aumentos significativos em relação a 2021.

No setor de abate de reses, observou-se um aumento de 17,65% nos afastamentos por TMC em 2022, com os episódios depressivos (F32) como a principal causa.

Custos associados aos afastamentos por TMC em 2022: Mato Grosso do Sul registrou um aumento de 14,17% nos gastos com auxílio-doença em comparação com o ano anterior, totalizando R\$ 52.743.444,34 (cinquenta e dois milhões, setecentos e quarenta e três mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e trinta e quatro centavos). O valor total pago em benefícios no estado alcançou R\$ 112.083.917,83 (cento e doze milhões, oitenta e três mil, novecentos e dezessete reais e oitenta e três centavos), representando um aumento de 25,06% em relação a 2021. A comparação dos dados de 2021 e 2022 revela uma complexa dinâmica dos afastamentos laborais por TMC em Mato Grosso do Sul. Embora tenha ocorrido uma leve redução no número total de casos em 2022, a prevalência de TMC entre os afastamentos se manteve elevada e superior à média nacional, indicando que os transtornos mentais continuam a ser uma importante causa de incapacidade laboral no estado.

O aumento nos afastamentos por TMC sinaliza a necessidade de atenção direcionada aos grupos profissionais apontados. As condições de trabalho, o estresse psicossocial e as

demandas emocionais inerentes a essas atividades podem contribuir significativamente para o desenvolvimento de transtornos mentais. O expressivo aumento nos casos de TMC no setor industrial de abate de animais e nas ocupações reforça a importância de considerar os fatores de risco psicossociais presentes nesse ambiente de trabalho, além dos riscos físicos já bem documentados.

Apesar da leve redução geral nos registros de TMC, a possibilidade de subnotificação, influenciada pelo estigma associado à saúde mental, pelas dificuldades de acesso a serviços especializados e pelas possíveis alterações nos critérios de concessão de benefícios, não pode ser descartada. Portanto, é crucial uma análise mais aprofundada para elucidar as reais causas desta aparente estabilidade.

Os custos financeiros significativos associados aos afastamentos por TMC em Mato Grosso do Sul, com um aumento nos gastos com auxílio-doença em 2022, sublinham a urgência de implementar políticas públicas e programas de saúde mental no trabalho eficazes, visando à prevenção, ao tratamento e à reabilitação dos trabalhadores afetados.

Os dados evidenciam que os Transtornos Mentais e Comportamentais representam um desafio persistente e relevante para a saúde do trabalhador em Mato Grosso do Sul. A elevada ocorrência de afastamentos por TMC, especialmente em setores como a administração pública, a educação, a saúde e a indústria de abate, e o aumento nos custos previdenciários associados demandam a implementação de estratégias abrangentes e multidisciplinares. É fundamental o desenvolvimento de políticas de promoção da saúde mental no ambiente de trabalho, a ampliação do acesso a serviços de saúde mental ocupacional e a redução do estigma associado aos transtornos mentais, a fim de proteger a saúde e a capacidade laboral dos trabalhadores sul-mato-grossenses e mitigar os impactos socioeconômicos decorrentes desses agravos.

## 5 DISCUSSÃO

Este estudo, alinhado aos objetivos da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, apresenta uma análise estratégica do adoecimento por Transtornos Mentais e Comportamentais (TMC) e dos consequentes afastamentos laborais em Mato Grosso do Sul. Os resultados evidenciam a intrínseca relação entre a saúde mental no trabalho e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 e 8 da Agenda 2030 da ONU, sublinhando que a promoção da saúde mental da força de trabalho estadual é crucial para o alcance das metas de desenvolvimento sustentável. Busca ratificar a necessidade de que os espaços de trabalho superem a lógica biologicista e individual, adotando uma perspectiva que reconheça a multicausalidade e a natureza complexa dos TMCs. A articulação de dados previdenciários quantitativos com análises setoriais qualitativas revela padrões de adoecimento laboral específicos ao contexto produtivo sul-mato-grossense, nos quais os TMC figuram como a terceira principal causa de afastamento, com destaque para os transtornos ansiosos.

Os resultados estabelecem um paradoxo diante do crescimento econômico estadual (PIB com aumento de 17,30%). Setores como administração pública (destaque para assistentes administrativos e professores), saúde (técnicos de enfermagem) e frigorífico (alimentadores de linha e magarefes) apresentaram expressivo aumento nos afastamentos por TMC, associados a condições laborais específicas (Souza; Guimarães; Falce, 2023). Os custos diretos com TMC totalizaram aproximadamente 0,03% do PIB estadual em ambos os anos, subestimando o real impacto socioeconômico devido aos custos indiretos relacionados à perda de produtividade.

Em consonância com a tendência global de que a saúde mental é a principal causa de Disability-Adjusted Life Years [(DALYs)] OMS, 2011), Mato Grosso do Sul demonstra a urgência de pesquisas com maior escopo de variáveis. Apesar das limitações metodológicas inerentes a estudos exploratórios, os padrões de afastamento por TMC identificados nos setores público, educacional, de saúde e frigorífico demandam ações integradas.

Frente ao caráter alarmante dos dados, que superam a capacidade de resposta atual, evidencia-se a necessidade de reestruturação e maior investimento nas ações de saúde. Essas novas intervenções devem materializar, na rotina dos trabalhadores de Mato Grosso do Sul, a articulação prática e efetiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 e 8.

Diante dessas estratégias, a criação de um Núcleo de Pesquisa em Saúde Mental no Trabalho, em colaboração interinstitucional, é crucial para gerar dados que subsidiem políticas preventivas e de intervenção. Investir na saúde mental da força de trabalho sul-mato-grossense configura-se, portanto, como estratégia não apenas ética, mas também econômica, com potencial para otimizar a produtividade, reduzir custos previdenciários e impulsionar o desenvolvimento sustentável estadual. A colaboração entre governo, academia e setor produtivo é essencial para traduzir esses achados em resultados concretos e duradouros.

Ademais, urge a conscientização da comunidade e a priorização, pelos Poderes Legislativo e Executivo, de políticas públicas eficazes para mitigar essa crise de saúde. Tais políticas devem romper com a caracterização de ações simbólicas e campanhas pontuais, exigindo que as práticas de cuidado sejam contínuas, horizontalizadas e humanizadas, caracterizando políticas públicas efetivas para promoção de vida (Buss, 2000; Gastão, 2013). Para tanto, faz-se necessária a adoção da intersectorialidade (trabalho, educação, cultura, assistência social e saúde) e a escuta real das pessoas envolvidas com a relação de trabalho, conforme as teses das Conferências de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

A proposição de políticas públicas eficazes de cuidado à saúde psicológica exige uma abordagem que não fragmente ações nem sujeitos, que rompa com práticas medicalizantes e que esteja conectada às condições reais de vida e de trabalho das pessoas. Essas proposições, situadas e localizadas na presente análise, ressaltam a necessidade de estudos e discussões futuras. Tais desdobramentos devem, principalmente, ampliar a temática ao abordar a sustentabilidade humana em contextos de lógicas de trabalho neoliberais e capitalistas.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A possibilidade de instituir políticas públicas ou decretos análogos ao modelo do Decreto nº 16.025 (Mato Grosso do Sul, 2022) para o setor privado em Mato Grosso do Sul surge como um caminho promissor. A recente Lei n. 14.831 (Brasil, 2024), que cria o Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental em nível federal, oferece um precedente e um conjunto de diretrizes valiosas para tal iniciativa. A adoção de um sistema de certificação estadual, com critérios adaptados à realidade do mercado de trabalho local, poderia incentivar e padronizar práticas de promoção da saúde mental e bem-estar nas empresas de todos os portes.

A formulação de tais políticas deve ser fundamentada em dados científicos robustos e nas especificidades do contexto laboral sul-mato-grossense. Nesse sentido, o fomento à pesquisa na área é crucial para identificar problemas regionais específicos, mapear os transtornos mentais relacionados ao trabalho e desenvolver soluções inovadoras. A proposição de incentivos

econômicos para empresas que adotem boas práticas e a avaliação contínua das políticas implementadas são elementos essenciais para garantir sua eficácia a longo prazo.

A parceria estratégica com universidades e a criação de um Núcleo de Pesquisa em Saúde Mental no Trabalho em Mato Grosso do Sul emergem como iniciativas catalisadoras para esse processo. A colaboração entre o estado, a academia e o setor privado pode criar um ecossistema que fortaleça as políticas públicas, promova a formação de líderes conscientes da importância da saúde mental e impulsione o desenvolvimento de ambientes de trabalho mais saudáveis e produtivos.

A liderança sustentável, tanto no âmbito governamental quanto empresarial, desempenha um papel fundamental na construção desse futuro. Ao priorizar a saúde mental como um pilar da sustentabilidade, líderes podem fomentar a inovação, a colaboração e a responsabilidade social, resultando em políticas públicas mais eficazes e em empresas mais resilientes e engajadas com o bem-estar de seus colaboradores. Portanto, a adoção de uma visão de longo prazo, que compreenda a saúde mental como um ativo estratégico, e o investimento em lideranças sustentáveis capazes de construir pontes entre os diferentes setores da sociedade são cruciais para transformar Mato Grosso do Sul em um modelo de desenvolvimento que harmoniza crescimento econômico e bem-estar psicossocial.

## REFERÊNCIAS

AKOO, C.; McMILLAN, K.; PRICE, S.; INGRAHAM, K. AYOUB, A.; SANDS, S. R.; SHANKLAND, M.; BOURGEOULT, I. "Eu me sinto quebrado": relatando o esgotamento, a saúde mental e os limites da resiliência individual na enfermagem. *Nursing Inquiry*, Ottawa, Ontário (Canadá), v. 5, e12609, 2023. Doi: <https://doi.org/10.1111/nin.12609>

BOLDRINE ABRITA, M.; HELOIZA CONTE, C. Development and integration plan of Mato Grosso do Sul's border strip: a view from the economic indicators. *Geofronter*, [s.l.], v. 9, n. 1, p.1-21, 2023. Doi: <https://doi.org/10.61389/geofronter.v9i1.7396>

BRASIL. Lei nº 14.831, de 27 de março de 2024. Institui o Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental e estabelece os requisitos para a concessão da certificação. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, seção 1, ano 162, n. 61, p. 1, 28 mar., 2024.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. *Anuário estatístico de acidentes do trabalho*: AEAT 2006. Brasília-DF, 2006.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 163–77, 2000.

CAMARGO, B. V.; NEVES, F. F. Saúde mental e trabalho: contribuições da Psicologia Social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília-DF, v. 20, n. 3, p. 259–66, 2004.

DARIO, V. C.; VILELA, N. G. S.; LOURENÇO, M. L. Raiva, medo, angústia: emoções e vivências de sofrimento no trabalho de professores de graduação. *Revista Administração da Unimep*, Piracicaba, v. 19, n. 1, p. 208–28, 2021.

KOBAL GRUM, D.; BABNIK, K. The psychological concept of social sustainability in the workplace from the perspective of sustainable goals: a systematic review. *Frontiers in Psychology*, Switzerland, v. 13, 942204, 2022. Doi: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.942204>

KOTHARI, A.; DEMARIA, F.; ACOSTA, A. Buen Vivir, decrecimiento e Swaraj ecológico: alternativas ao

- desenvolvimento sustentável e à economia verde. *Desenvolvimento*, Curitiba, v. 57, n. 3, p. 362–75, 2014.
- LEAL FILHO, W.; EUSTACHIO, J. H. P. P.; CALDANA, A. C. F.; WILL, M.; LANGE SALVIA, A.; RAMPASSO, I. S.; ANHOLON, R.; PLATJE, J.; KOVALEVA, M. Sustainability leadership in higher education institutions: an overview of challenges. *Sustainability*, Switzerland, v. 12, n. 9, 3761, 2020. Doi: <https://doi.org/10.3390/su12093761>
- MATO GROSSO DO SUL. Decreto n. 16.025, de 29 de setembro de 2022. Institui a Política de Saúde e Segurança no Trabalho e de Bem-Estar do Servidor e estabelece a Rede de Gestão Estratégica no âmbito dos órgãos da Administração direta. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul*, Campo Grande, MS, n. 10.955, p. 2–5, 30 set. 2022.
- MULLER, A. E.; HAFSTAD, E. V.; HIMMELS, J.; SMEDSLUND, G.; FLOTTORP, S.; STENSLAND, S. Ø.; Stroobants, S.; Van de Velde, S.; Vist G. E. O impacto da pandemia de covid-19 na saúde mental dos profissionais de saúde e intervenções para ajudá-los: uma revisão sistemática rápida. *Psychiatry Research*, v. 293, 113441, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2020.113441>
- NAIR, S.; SEKHAR, C. Sustainable leadership for innovation: a systematic literature review. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, Bangkok v. 29, n. 3, p. 629–42, 2022.
- OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO. *Perfil dos casos – SISAN*. SmartLab: [s.l.], 2023. Disponível em: <https://smartlabbr.org/sst/localidade/0?dimensao=perfilCasosSinan>. Acesso em: 12 abr. 2024.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Relatório sobre a situação global das doenças não transmissíveis 2010*. Genebra: Fórum Econômico Mundial, 2011.
- REDMAN, A.; WIEK, A. Competency-based education for sustainability: a systematic literature review. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, Reino Unido, v. 22, n. 5, p. 928–51, 2021. Doi: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-10-2020-0403>
- SEMADESC. *Carta de Conjuntura n. 02 – Março de 2023: Mato Grosso do Sul – crescimento econômico e o agronegócio*. Campo Grande, MS: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, 2023. Disponível em: <https://www.semadesc.ms.gov.br>. Acesso em: 21 out. 2024.
- SILVA, T. O.; SOUZA, A. S. Análise do custo de produção da soja em Mato Grosso no período de 2015/16 a 2022/23. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 30., 2024, Teresina. *Anais [...]*. Teresina: Associação Brasileira de Custos, 2024.
- SOUZA, G. C.; GUIMARÃES, L. V. M.; FALCE, J. L. Vivências de servidores em um contexto de desflexibilização da jornada de trabalho. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, Curitiba, v. 22, n. 1, p. 159–79, 2023. Doi: <https://doi.org/10.21529/RECADM.2023007>
- GASTÃO, Wagner. Políticas públicas e promoção da vida. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 5, p. 789–98, 2013.
- WHYTE, P.; LAMBERTON, G. Conceptualising sustainability using a cognitive mapping method. *Sustainability*, Switzerland, v. 12, n. 5, p. 1977, 2020. Doi: <https://doi.org/10.3390/su12051977>
- WOO, T.; HO, R.; TANG, A.; TAM, W. Global prevalence of burnout symptoms among nurses: a systematic review and meta-analysis. *Journal of Psychiatric Research*, [s.l.], v. 123, p. 9–20, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.jpsychires.2019.12.015>
- ZILLE, L. P.; TELES, J. S. Pandemia da COVID-19 e o risco de adoecimento mental de médicos. *Revista e Planejamento*, Salvador, v. 23, n. 6, p. 673–92, jan. 2022.

## CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES:

Eveli Freire de Vasconcelos: Conceituação; metodologia, análise formal; supervisão e redação; revisão e edição.

Flávio Henrique Rondon de Assis Filho: Suporte metodológico e técnico nas etapas de curadoria e validação dos dados.

Azael Oliveira Pompeu Júnior: Curadoria de dados; investigação e redação; rascunho original.

Ana Karla Silva Soares: Curadoria de dados; investigação; análise formal.

Camilla Fernandes Marques: Análise formal e redação; revisão e edição.

## SOBRE OS AUTORES:

**Eveli Freire de Vasconcelos:** Doutora em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco. Atua como docente, supervisora e como pesquisadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e como coordenadora de Pós-Graduação *lato sensu*. **E-mail:** rf6967@ucdb.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-5140-760X>

**Flávio Henrique Rondon de Assis Filho:** Graduando em Psicologia, pesquisador do PIBIC na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). **E-mail:** flavioh.filho05@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0009-0000-9197-1432>

**Azael Oliveira Pompeu Júnior:** Jornalista pela Universidade Católica Dom Bosco. Mestrando em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco. **E-mail:** azaelpompeujr@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0009-0000-9567-5120>

**Ana Karla Silva Soares:** Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre e graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora Adjunta do curso de Psicologia na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), na graduação e na pós-graduação, e colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), atuando na área de Fundamentos e Medidas da Psicologia. Coordena o Núcleo de Pesquisa em Psicometria e Psicologia Social da UFMS (NPPS – UFMS). **E-mail:** akssoares@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-5306-4073>

**Camilla Fernandes Marques:** Pós-Doutorado, doutora em Psicologia e psicóloga pela Universidade Católica Dom Bosco. Docente do Curso de Psicologia na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campo Grande/Coxim. **Email:** camilla.marques@uems.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-1305-9709>

## DISPONIBILIDADE DE DADOS

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.